

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2023
QUE ENTRE SI CELEBRAM EMPRESA ESTADUAL DE
PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS – PRODAGO
EM LIQUIDAÇÃO, COMO CONTRATANTE, E A MÜLLER
& PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S, COMO
CONTRATADA, PROCESSO nº 202300005018561, NA
FORMA BAIXO:**

Por esse instrumento, de um lado **EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS - PRODAGO em liquidação**, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 24.812.554/0001-51, estabelecida em Goiânia – GO, na Rua 05, nº 833, 8º andar, Edifício Palácio de Prata, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia-GO e neste ato representada por seu liquidante Sr. **Bruno Batista Silva**, brasileiro, casado, Técnico em Gestão Pública, inscrito no CPF sob XXX.810.451-xx, residente e domiciliado em Goiânia-GO, nomeado pelo Decreto Governamental de 19.01.2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.721, de 20.01.2022, nos termos do Art. 76 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, e pelos §§ do Art. 66 desta mesma Lei, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, sob CNPJ n.º 12.018.605/0001-99, com endereço comercial na Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1200, Bairro Ahu, Curitiba, Paraná, CEP.: 80540-280, neste ato representado por seu Sócio, o Sra. **Eliane Scoto de Freitas**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF nº XXX.941.890-XX, residente e domiciliado em Curitiba - PR, doravante chamada de **CONTRATADA**, tem entre si, justo e acertado, o presente Contrato de Prestação de Serviços, conforme disposições da Lei nº 8.666/1993, suas alterações posteriores, a que se submetem as partes, e ainda conforme o Processo nº 202300005018561, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O contrato tem como objeto a Elaboração de Laudo Técnico Contábil, por parte da **CONTRATADA**, contendo o levantamento e análise para adoção dos procedimentos necessários para se obter a revisão da capacidade de pagamento da **CONTRATANTE**, de forma a garantir os benefícios de reduções, eventuais parcelamentos e utilização de prejuízo fiscal, no maior limite possível, com o objetivo de reduzir os valores a serem pagos, na transação individual a ser proposta, envolvendo todos os trabalhos de apresentação do pedido de revisão da capacidade de pagamento pela **CONTRATANTE**, bem como a gestão e acompanhamento do pedido junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, inclusive promover tentativa de audiência virtual, elaborar laudo técnico, e termos técnicos para o pleito de transação, incluindo preenchimento de documentos, planilhas e quaisquer outros necessários, junto ao Portal Regularize, bem como ainda, acompanhamento de todo o processo, realizações de reuniões e cumprimento de prazos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

Pela execução dos serviços contratados, a empresa **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA** a importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado da seguinte forma: primeira parcela até 05 dias após assinatura do contrato, e outras 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, a cada 30 dias após a data do pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte) mil reais cada, após apresentação da respectiva nota fiscal pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: Se os serviços não forem executados conforme as especificações, o pagamento ficará suspenso até o seu recebimento definitivo.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** arcará com quaisquer despesas e encargos de sua responsabilidade.

Parágrafo Quarto: As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta de recursos próprios da empresa **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATANTE** procederá a retenção do INSS, ISS e IRRF, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a **CONTRATADA** discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

Parágrafo Sexto: Em caso de irregularidade na emissão dos documentos que comprovem regularidade fiscal ou pendência de qualquer obrigação financeira

que lhe for imposta, nenhum pagamento será feito à **CONTRATADA**, e o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**, até o limite legal (art. 57, IV, LLC), por meio de termos aditivos, garantida a sua eficácia após a publicação do extrato na imprensa oficial. Essa contratação não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do artigo 77, 78 e 79 da Lei n. 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do prazo previsto no caput, em havendo o encerramento do processo em prazo menor que o estipulado, o contrato se encerrará de forma antecipada ao previsto, uma vez que o prazo de execução do serviço corresponderá diretamente ao acompanhamento do processo junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional até seu esgotamento, portanto, acompanhará o mesmo prazo de vigência do contrato”

Parágrafo Segundo: Em caso de necessidade da prorrogação do prazo de execução, deverá a **CONTRATADA**, por escrito, comunicar a **CONTRATANTE**, a motivação da dilação do prazo.

Parágrafo Terceiro: A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por parte da **CONTRATANTE** por servidor devidamente designado por portaria, cabendo a este anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, declinando sobre a aceitação ou não dos serviços.

Parágrafo Quarto: O representante da **CONTRATANTE**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, poderá sustar a execução dos serviços que estejam em desacordo com o estabelecido sempre que essa medida se tornar necessária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por meio deste instrumento, sem quaisquer prejuízos das demais obrigações assumidas de acordo com o Termo de Referência, a **CONTRATADA** obriga-se a realizar os serviços com qualidade, dentro das normas técnicas, observando as atividades requisitadas, apresentadas no parágrafo único da cláusula primeira, como também:

Parágrafo Primeiro: Fica a **CONTRATADA** obrigada a acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da **CONTRATANTE**, relativamente ao objeto do contrato, além das seguintes observações:

Parágrafo Segundo: Comunicar, imediatamente e por escrito à **CONTRATANTE** quaisquer anormalidades verificadas, para que sejam adotadas as providências necessárias.

Parágrafo Terceiro: Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.

Parágrafo Quarto: Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: Custear todos os materiais de consumo, equipamentos e outros que se fizerem necessários à prestação laboral.

Parágrafo Sexto: Recolher os encargos tributários, trabalhistas, sociais e outros específicos de sua atividade econômica.

Parágrafo Sétimo: Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

Parágrafo Oitavo: Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, cujas determinações deverá atender prontamente.

Parágrafo Nono: Comunicar à fiscalização da **CONTRATANTE**, quando se verificar quaisquer condições inadequadas para a execução dos serviços, ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

Parágrafo Décimo: Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Décimo Primeiro: Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidos para a sua assinatura, nos termos do art. 55, inciso XIII, da lei nº 8.666/93.

Parágrafo Décimo Segundo: Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do avençado, obrigando-se a saldá-los na época própria, sendo que a sua inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia qualquer vínculo e solidariedade, ativa ou passiva com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo Décimo Terceiro: Deverá manter sigilo sobre todas as informações, dados e conteúdo do serviço;

Parágrafo Décimo Quarto: É obrigada a refazer, total ou parcialmente, os serviços ou produtos considerados como incompletos ou em desacordo com as condições fixadas nesta especificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga:

Parágrafo Primeiro: A efetuar o pagamento do estabelecido na Cláusula Segunda, mediante a apresentação da pertinente fatura, devidamente discriminada e atestada pelos gestores do contrato, desde que satisfeita às exigências contratuais.

Parágrafo Segundo: Rejeitar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações estabelecidas.

Parágrafo Terceiro: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, bem como a fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados.

Parágrafo Quarto: Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto: Comunicar à **CONTRATADA** as irregularidades observadas na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Parágrafo Sexto: Proporcionar a **CONTRATADA** as condições para que possa desempenhar o avençado dentro das normas do Contrato e colaborar para a tomada de medidas necessárias à prestação dos serviços realizados.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATANTE**, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados, caso esse esteja em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a qual tem o dever de assegurar a boa prestação e o bom desempenho dos serviços prestados.

Parágrafo Oitavo: Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis, bem como rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Nono: Recusar Notas Fiscais que estejam em desacordo com as exigências deste Contrato, informando à **CONTRATADA** e sobrestando o pagamento até a regularização da condição anotada.

Parágrafo Décimo: Relacionar-se com a **CONTRATADA** através de servidor designado pela **CONTRATANTE**, Gestor e Fiscal do Contrato, o qual acompanhará e fiscalizará a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas porventura detectadas, comunicando à

CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelos gestores e fiscais do Contrato, que representarão a **CONTRATANTE**, com atribuições específicas, devidamente designadas para esse fim.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, os serviços objetos deste Contrato estão sujeitos a mais ampla irrestrita e rigorosa fiscalização pela **CONTRATANTE**, obrigando-se a **CONTRATADA**, a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

Parágrafo Segundo: A existência da fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, através de seus representantes, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA** na prestação dos serviços assumidos a serem executados – inclusive perante terceiros – por quaisquer irregularidades, não importando, na eventualidade de sua ocorrência, corresponsabilidade da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O descumprimento por parte da **CONTRATADA** de suas obrigações legais ou contratuais assegura a **CONTRATANTE** o direito de rescindir o presente contrato, nos casos e formas dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

Parágrafo Primeiro: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo: A parte **CONTRATADA** que infringir as disposições acordadas, sem que lhe caiba a pena de rescisão, será punida com multa de 10 (dez) por cento do valor do contrato, cujo valor deverá ser colocado à disposição da **CONTRATANTE** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data da ciência por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro: Sem prejuízo das penalidades já referidas, pela inexecução total ou parcial do contrato e a critério da **CONTRATANTE**, poderá a **CONTRATADA** sofrer ainda as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a **CONTRATANTE**, após o ressarcimento dos prejuízos que a **CONTRATADA** houver causado, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Contrato será providenciada pela **CONTRATANTE**, Empresa de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em liquidação, até o prazo máximo do quinto dia útil ao de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do Contrato, as partes elegem o foro de Goiânia/GO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

As partes por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo.

Goiânia, 23 de agosto de 2023.

CONTRATANTE:

BRUNO BATISTA

SILVA:01181045193

Assinado de forma digital por BRUNO

BATISTA SILVA:01181045193

Dados: 2023.08.24 08:20:32 -03'00'

Empresa de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em liquidação

Bruno Batista Silva

Diretor-Executivo

Liquidante da PRODAGO em liquidação

CONTRATADA:

ELIANE SCOTO DE

FREITAS:6729418907

2

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Eliane Scoto de Freitas

Assinado de forma digital por

ELIANE SCOTO DE

FREITAS:67294189072

Dados: 2023.08.24 14:14:59 -03'00'

Administradora

TESTEMUNHAS:

1. _____

RG n°:

CPF n°:

2. _____

RG n°:

CPF n°:

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATANTE: Empresa de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em liquidação, inscrita no CNPJ/MF sob n° 24.812.554/0001-51.

CONTRATADA: MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S, inscrita no CNPJ sob n.º 12.018.605/0001-99. **OBJETO:** Prestação de

Serviços de Perícia Contábil. **VALOR TOTAL:** R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). **RECURSO:** Recursos Próprios da PRODAGO em Liquidação.

VIGÊNCIA: Data da assinatura até o acompanhamento final do processo.

PROCESSO: 202300005018561.